



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Nº: 382

28/01/2015

ENT.: 341

PROC. Nº:

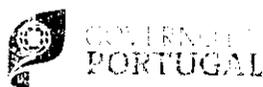
ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 270/XII/4.^a

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 885, datado de 27 de janeiro, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



Exma. Senhora
Dra. Marina Resende
Chefe do Gabinete da
Senhora Secretária Estado dos Assuntos Parlamentares
e da Igualdade
Palácio de S. Bento – Assembleia da República
1249-068 Lisboa

Sua referência
N.º 5260
Ent. 4757

Sua comunicação
28.10.2014

Nossa referência
Ent.- 13129/2014
Proc. 11/14

ASSUNTO: Pergunta n.º 270/XII/4ª, de 28 de outubro de 2014, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE). - Aposentações de médicos em 2013 e 2014

Encarrega-me o Senhor Ministro da Saúde, em resposta à pergunta mencionada em epígrafe, a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, de informar o seguinte:

No decurso do ano de 2013, registou-se, no âmbito da carreira médica, um total de 384 aposentações, das quais 257 correspondem a aposentações antecipadas.

Até novembro de 2014, ocorreram 540 aposentações das quais 416 correspondem a aposentações antecipadas.

De salientar que a carência de médicos especialistas em diversas áreas e estabelecimentos de saúde, decorre do facto de, durante décadas, se ter assistido a um desequilíbrio entre a procura e a oferta de profissionais, facto que, em resultado da estrutura etária da classe médica, precipitou nos últimos anos um acréscimo do número de aposentações. Em boa verdade, só a partir dos anos 90 é que se conseguiu começar a inverter aquela situação, aumentando significativamente o número de vagas nas faculdades de medicina.

Ainda assim, e apesar, também, das medidas de controlo orçamental que o atual Governo se viu obrigado a adotar - como forma de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do apoio externo a que Portugal teve necessidade de recorrer -, no que concerne ao setor da saúde, reconhecendo o carácter central que assumem os recursos humanos existentes, o Ministério da Saúde tem procurado suprir as



necessidades dos serviços, promovendo novos recrutamentos e, concomitantemente, criando condições legais para melhorar a distribuição dos recursos existentes.

Sendo uma das orientações definidas pelo Ministério da Saúde dotar as estruturas deste Ministério de maior capacidade de resposta, tem sido promovida uma melhor coordenação e articulação com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), nomeadamente na colocação e contratação de profissionais de saúde, visando um planeamento integrado que procure uma melhor adequação da oferta de recursos humanos às necessidades.

Assim, no último triénio, desenvolveram-se projetos conjuntos para a colocação de médicos, reforçando a componente de adequação das disponibilidades às necessidades, apesar das limitações e das insuficiências notórias em áreas específicas, como a medicina geral e familiar, a anestesiologia, a imagiologia, entre outras.

Também a nível regional, tem sido incentivado o planeamento integrado a nível de cada Região de Saúde com vista ao desenvolvimento de mobilidade entre as unidades de saúde e o desenvolvimento de planos de reafecção dos profissionais existentes, de que é exemplo a contratação coordenada de profissionais para o SNS, entre a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. e as Administrações Regionais de Saúde, I.P, colocando todos os médicos que concluem a sua especialidade - a título meramente informativo, compete assinalar que desde junho de 2012, e no que respeita, apenas, aos recém-especialistas de cada uma das épocas em que se realizam os exames finais de conclusão do internato médico, já foram publicitadas, para todas as áreas de formação, 3187 vagas, para um universo total de 2546 candidatos.

Para os cuidados de saúde primários têm vindo a ser tomadas medidas específicas, designadamente visando o reforço das dotações de médicos de família. De 2012 a 2014 foram abertas mais de mil vagas para a contratação de especialistas de Medicina Geral e Familiar para as estruturas do Serviço Nacional de Saúde.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe do Gabinete

(Luís Vitório)